



A Temática Feminista no “Unibairros”, Jornal Alternativo de Juiz de Fora/MG da década de 1980¹

Isabella de Sousa Gonçalves (graduanda em Jornalismo)²
Christina Ferraz Musse (doutora em Comunicação e Cultura)³
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) / MG

Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar a abordagem da temática feminista no jornal alternativo “Unibairros – O jornal dos bairros de Juiz de Fora”, que foi produzido por moradores e jornalistas da cidade nos anos 1980, uma década marcada por movimentos sociais e pela redemocratização do Brasil. O “Unibairros” existiu entre 1980 e 1989, anos nos quais o movimento feminista foi pauta recorrente de suas páginas, assunto pouco abordado na mídia como um todo. A editoria que abordava esse tema era “E nós mulheres!”. O “Unibairros” era um jornal de reivindicações e posicionamento político diante do contexto da época. Esse artigo é resultado da investigação de arquivos em profundidade, entrevistas em profundidade e revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Jornalismo Alternativo; Unibairros; Feminismo; Juiz de Fora.

Introdução

Ao longo da história da imprensa de Juiz de Fora⁴, diversos jornais existiram, sendo alguns deles de cunho alternativo. A imprensa alternativa da cidade teve a sua origem, primeiramente, a partir do Diretório Central de Estudante (DCE) da Universidade Federal de Juiz de Fora, que elaborava jornais e revistas nos anos 1970. Os periódicos, por existirem na época da ditadura e assumirem um caráter crítico, tinham uma forma de protesto sutil por meio da manifestação literária e da cultura como um todo, que buscava resistir ao regime.

O “Unibairros” foi um jornal alternativo e impresso de Juiz de Fora, produzido por moradores de diferentes bairros da cidade, que assumia uma posição contestadora e de conscientização. A finalidade do impresso era a de reivindicar por direitos e informar a população sobre temas relevantes e não noticiados pela grande mídia. O periódico foi

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 19 a 21 de junho de 2015

² Estudante de graduação do 5º período de Jornalismo na Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Pesquisa da UFJF e membro do grupo de pesquisa Comunicação, Cidade, Memória e Cultura. E-mail: isgoncalvess@gmail.com

³ Jornalista, Mestre e Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professora da UFJF no curso de Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Coordenadora do projeto “Memórias da Imprensa de Juiz de Fora” e do grupo de pesquisa Comunicação, Cidade, Memória e Cultura. E-mail: musse@terra.com.br.

⁴ Cidade mineira localizada a 260km de Belo Horizonte



criado nos anos 1980, logo após a Lei da Anistia⁵, período marcado pela redemocratização e pela valorização crescente da participação popular. O “Unibairros” procurava incentivar essa participação, sendo a população local estimulada a escrever matérias para o jornal e atuar ativamente na sociedade.

Dessa forma, o impresso é, além disso, um movimento sócio-político na cidade, que buscava mostrar a importância de uma sociedade mais humana e justa. Por ser um momento de forte tensão ideológica, o jornal também assumia um caráter político de esquerda, ligado a movimentos sociais aderidos pela Igreja Católica e que originaram o Partido dos Trabalhadores (PT) no dia 10 de Fevereiro de 1980.

Em 19 de novembro de 1980, ocorreu a primeira reunião do grupo de moradores, que mais tarde viria a se tornar o “Unibairros”. Estavam presentes 59 pessoas de bairros afastados do centro e de classe econômica mais baixa, sendo eles: Linhares, Vitorino Braga, Santa Cândida, Vila Ideal e São Benedito Olavo Costa. O intuito inicial era o de procurar melhorias de infraestrutura e dar maior legitimidade a reivindicações. Havia, além disso, a necessidade de um meio que conscientizasse a população sobre temas políticos, sociais e econômicos.

Após o encontro, ficou acordado que seria criado o jornal “Unibairros – O jornal dos bairros de Juiz de Fora”, de circulação entre os bairros. Destacava-se, dentre as pautas, a forte defesa das mulheres, em especial na coluna “E nós mulheres!”, com textos que reafirmavam o movimento feminista, defendendo a liberdade e a independência do gênero.

As matérias com essa temática eram escritas não apenas pelos integrantes do jornal, mas também por mulheres dos bairros. Nessa perspectiva, a coluna conseguia se aproximar do leitor e atuava como instrumento de conscientização de um movimento, abordando as suas ideias principais e a forma ideal de atuação das mulheres como um todo na sociedade. A coluna, além disso, atuava como ferramenta de educação sexual, por meio de textos que abordavam os métodos contraceptivos e informações sobre o próprio corpo da mulher.

O objetivo desse artigo é o de analisar o “Unibairros”, demonstrando como essa minoria social era pautada e estudando essa abordagem em comparação com a mentalidade de uma época. Foram analisados 37 exemplares, sendo eles: 1 a 32, 34, 36,

⁵ A lei 6.683, conhecida como Lei da Anistia, foi promulgada pelo presidente João Baptista Figueiredo em 28 de agosto de 1979 após forte pressão popular. O artigo 1º da lei concedia anistia a todos que cometeram crimes políticos no período de 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.



37, 39 e 41. Os periódicos estudados foram aqueles que estavam disponíveis em acervo online. A análise ampla permite que seja contabilizado o número de matérias sobre essa minoria e a evolução da abordagem ao longo dos 10 anos de existência do jornal.

A comunicação popular no período ditatorial

O jornalismo alternativo teve o seu início com a articulação de imigrantes interessados em melhorias nas condições de trabalho e de vida. Nesse grupo, existiam trabalhadores com forte ideologia comunista e anarquista, sendo eles os principais fundadores dos sindicatos brasileiros. Nessa perspectiva, era necessário difundir ideias, por meio de boletins que divulgavam as inquietações da classe, demonstrando a visão do sindicato. Esses periódicos eram produzidos pelos próprios trabalhadores, não tendo a participação de jornalistas. (BARBOSA, 2006)

A imprensa alternativa surgiu no Brasil na década de 1960, com a fundação do Pif Paf em 1964. Além dele, O Pasquim o Opinião e o Versus também se destacaram no mesmo período. O ápice do jornalismo alternativo ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, período de forte repressão, que culminou na existência de uma imprensa contestadora. Primeiramente, serviam de resistência ao regime e, posteriormente, abordavam a política de espaço público no período de abertura. (KUCINSKI, 1991)

Enquanto a imprensa tradicional era complacente com a ditadura militar, os jornais alternativos demonstravam a existência de outras verdades, cobrando a redemocratização e a garantia dos direitos humanos. Essa crítica esteve sempre presente, mesmo durante o período de milagre econômico, entre 1968 e 1973, no qual a população era mais otimista sobre a ditadura. Por assumirem um caráter contestador, não era incomum que os jornais alternativos resistissem por pouco tempo. Entretanto, mesmo com a perseguição, o número da imprensa alternativa surpreende.

Durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como *imprensa alternativa ou imprensa nanica*. A palavra *nanica*, inspirada no formato tablóide adotado pela maioria dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais. (KUCINSKI, 1991, p.05)

Em 1974, com a reintegração de presos políticos à sociedade, o número de jornais alternativos aumenta ainda mais. Jornais de peso como o Versus e o Movimento surgem nessa época. Além disso, o assassinato de Vladimir Herzog em outubro de 1975



inspira toda uma nova geração de jornais. “Simultaneamente, deu-se a diversificação temática e espacial da imprensa alternativa, surgindo os alternativos regionais e feministas.” (KUCINSKI, 1991, p.19).

O movimento feminista na imprensa brasileira

Com a invenção da pílula anticoncepcional, a participação da mulher aumentou significativamente na política e nas atividades produtivas. No Brasil, o fim do século XIX é marcado pela participação crescente no mercado de trabalho. Já era comum encontrar mulheres nos sindicatos, lutando por melhores condições de trabalho, tais como de salário, a higiene e a saúde. Além disso, elas também procuravam combater os abusos e a discriminações recorrentes contra o gênero.

A criação do Partido Republicano Feminista por Leoninda Daltro e Associação Feminista, influenciada pela greve dos operários em São Paulo de 1918, são os grandes destaques do movimento feminista brasileiro, por terem sido muito ativos. Entretanto, em 1964, com o Golpe Militar, esse movimento foi silenciado e só voltou a se fortalecer em 1970. (COSTA, 2011)

Nessa época, o feminismo no Brasil ainda era tratado com desprezo, até mesmo em determinados jornais alternativos de peso, como O Pasquim. O movimento era muitas vezes associado pejorativamente à frustração sexual. Nessa perspectiva, eram raros os periódicos que abordavam o feminismo, uma vez que a temática não era levantada pela mídia tradicional e, em muitos casos, nem mesmo pela própria imprensa alternativa.

Em 1975, o feminismo ganha novo fôlego, com o “Encontro para diagnóstico da mulher paulista”, que aconteceu com o apoio da ONU em São Paulo. O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, fundado em novembro, procurava realizar pesquisas de campo sobre a condição da mulher. Nos encontros realizados, eram distribuídos exemplares do primeiro número do jornal alternativo feminista, o Brasil Mulher, produzido em Londrina. O lançamento do jornal ocorreu em dezembro de 1975, com ideias influenciadas pelo marxismo. Os principais temas defendidos eram o fim da prostituição infantil e de abortos clandestinos. (KUCINSKI, 1991)

O Brasil Mulher foi fundado em 1975, em Londrina (PR). É o primeiro jornal feminista brasileiro feito no Brasil e traz a gênese do debate entre mulheres feministas e mulheres militantes de esquerda: a situação clássica de dupla militância do movimento feminista no período de 1974 a 1980. Editado bimestralmente, em formato tablóide, contendo 16



páginas em preto-e-branco e ilustrado com fotos, item muito valorizado pela publicação, o *Brasil Mulher* tinha tiragem de 10 mil exemplares, com circulação nacional e venda em bancas, livrarias e por assinatura. Sua publicação cessa em março de 1980. (CARDOSO, 2004)

Os jornais com temática feminista procuravam incentivar o diálogo, com temáticas que abordavam a participação política, condições de trabalho, igualdade de direitos, aborto e violência. A ideia era a de criar um discurso que fortalecesse o movimento e promovesse questionamentos relevantes. Nessa perspectiva, a imprensa alternativa permite voz ao movimento, dando maior legitimidade às questões levantadas e conscientizando a população sobre as bandeiras do movimento.

Os primeiros jornais feministas são lançados entre 1974 e 1980, em um total de 9 periódicos distintos. De 1981 a 1989, há o ápice de 44 publicações. Entretanto, entre 1990 e 1999, esse número diminui, com 21 publicações. Essa tendência numérica comprova o fato de a imprensa acompanhar o movimento feminista em si, uma vez que estão de acordo com o surgimento, ascensão e declínio do feminismo.

A imprensa feminista é considerada expressão da imprensa alternativa, por sua simultaneidade com o jornalismo alternativo e seus engajamentos sociais. A comunicação alternativa pautou temas como política, ecologia, economia, havendo também discussões relacionadas ao movimento feminista. (CARDOSO, 2004).

O “Unibairros”, nessa perspectiva, não se caracteriza como um jornal puramente feminista, por abordar temas diversos. Entretanto, a coluna “E nós mulheres!”, existente em 24 das 37 edições atua como forte defensor dos direitos das mulheres, procurando abordar temas feministas como a participação política, o trabalho, a violência e a igualdade.

O jornal “Unibairros” e o feminismo

O jornal “Unibairros” foi lançado em dezembro de 1980, com a tiragem de 4000 exemplares. Ele procurava informar a população e reivindicar melhorias para a cidade de Juiz de Fora. O periódico tinha o formato standart, contendo oito páginas na maior parte de suas edições, número que variava em edições comemorativas, e sendo diagramado em preto e branco. Era datilografado por máquinas e contava com anúncios, além do preço inicial de cinco cruzeiros para a sua manutenção.

O jornal tinha cerca de 20 pessoas em sua equipe, além da colaboração dos moradores dos bairros para a elaboração dos exemplares. Por se tratar de um impresso produzido por bairros diversos, a redação não tinha local fixo, variando entre diferentes



localidades. O periódico contava, além disso, com a ajuda de gráficas e jornalistas apoiadores do projeto. Como era um jornal popular, tinha uma linguagem informal, marcada pela coloquialidade e pela oralidade. O periódico abria espaço para a participação da comunidade, não sendo incomum a presença de textos produzidos por moradores locais.

Assim como outros jornais alternativos, o “Unibairros” procurava servir de resistência e noticiar aquilo que não era abordado pela imprensa tradicional. Seu conteúdo era diverso, contendo editoriais de cultura, política, economia, causas trabalhistas, situação dos bairros, movimento negro, além de abordar o movimento feminista na maior parte de suas edições.

A coluna que abordava as reivindicações das mulheres era a: “E nós mulheres!”, que procurava incentivar a maior autonomia feminina, começando pela postura das próprias mulheres, que muitas vezes se submetiam ao pensamento e agressão dos homens sem contestação. Seus textos eram escritos não só pela equipe do jornal, mas também por mulheres da comunidade local, reforçando a tendência do “Unibairros” para a participação popular.

Foram 37 edições analisadas, sendo que 24 edições continham um assunto específico para o movimento feminista, em um total de 64%. Nos seis primeiros números, a coluna “E nós mulheres!” não existia, sendo apenas na sétima edição, em 1981, que ela começa a aparecer. Após isso, a coluna se torna praticamente fixa, com exceção de algumas edições, como a 14, 29, 30, 32, 37, 39 e 41, nas quais o assunto não aparece, conforme mostra a tabela (Anexo 1).

A primeira coluna “E nós mulheres!”, da sétima edição de 1981, contextualiza o movimento feminista diante da desigualdade que sempre existiu entre gêneros, demonstrando que o objetivo do movimento é o da igualdade entre homens e mulheres. A ideia abordada é a de que a consciência tem que partir das próprias mulheres, uma vez que elas próprias agem de forma submissa diante o homem. Os homens, entretanto, precisam ser conscientizados da mesma maneira, para que entendam que não se tratam de figuras superiores.

Devido a essa desigualdade imposta a vários séculos, que se fundou o movimento feminista, que tem como meta conscientizar a mulher, a não ser superior ao homem mas ser igual e possuir os mesmos direitos que ele, perante ao mundo. Mas esta luta é difícil, pois ainda existem mulheres que aceita essa total submissão ao homem. São mulheres que em grande número, são incapazes de agir pela própria cabeça. Precisam de um homem para pensar e decidir por ela. A mulher precisa se



conscientizar de que ela tem direito sobre si mesma, de pensar, agir e até errar, sem que isso ela precise temer à reação dos homens. (UNIBAIRROS, 1981, p.03)

Em 1982, a décima segunda edição noticia o acontecimento do I Congresso da Mulher Mineira e seus desdobramentos. O texto revela os temas de discussão e as decisões tomadas, além da polêmica principal, que seria a dúvida sobre a criação Federação das Mulheres Mineiras. O resultado acabou sendo o estabelecimento de uma Pró-Federação, que se responsabilizaria pela criação de um próximo congresso e encaminharia todas as propostas estabelecidas. A notícia ainda demonstra a existência de outras polêmicas e a utilização do Congresso para o lançamento de candidaturas, como estratégia de aproveitar um momento oportuno. A matéria é finalizada com a lista de algumas das 30 resoluções tomadas durante o evento:

1: Responsabilização do governo pela tarefa doméstica; 2: Luta por creches nos locais de trabalho, mantidas pelas empresas e nos bairros mantidas pelo governo; 3: Luta contra a violência sobre a mulher; 4: Luta contra o controle de natalidade imposto pelo governo; 5: Luta pelo emprego e seguro-desemprego; 6: Luta contra a dupla jornada de trabalho; 7: Luta contra a lei da segurança nacional; 8: Luta contra a exploração de menores (UNIBAIRROS, 1982, p.03)

A vigésima primeira publicada em 1983 levanta a temática do aborto e as polêmicas que o assunto causa na sociedade. A matéria informa que a CNBB traz como tema da campanha da fraternidade daquele ano o “Direito a Vida”, como resposta a estratégias anti natalistas do governo federal, além da passeata de 20 mil pessoas que aconteceu no Rio de Janeiro contra a legalização do aborto no dia 12 de Outubro. No dia 22 de setembro, em contrapartida, houve manifestações a favor da legalização, demonstrando a divisão de opiniões existente. Diante das polêmicas, o Unibairros se posiciona:

Nós, do Unibairros, nesta discussão, percebemos que a questão do momento não é legalizar ou não o aborto, mas sim abrir uma ampla discussão, para que a mulher tenha um maior conhecimento do seu corpo, dos métodos anticoncepcionais existentes e questionar as causas que as levam a praticar o aborto. Vamos discutir. (UNIBAIRROS, 1983, p.05)

Em 1984, a coluna “E nós mulheres” da 25ª edição levanta a temática do mercado de trabalho relacionado com a mulher. Diante da necessidade da inserção do gênero no mercado de trabalho para complementar a renda familiar, a preocupação e o trabalho da mulher aumentaram consideravelmente, enquanto o homem, por conta de sua educação, não contribui para as tarefas do lar. O periódico provoca a reflexão de que parte dessa consciência machista é consequência da própria educação que a mulher provém.



É um problema criado pela nossa sociedade. A menina desde cedo é criada para servir o homem. Enquanto os meninos não são acostumados a ajudar nos serviços de casa e nem precisam aprender a ser bons companheiros. Há uma diferença neste sentido na educação dos filhos. Contribuímos para que a sociedade continue machista. Para que a mulher continue sendo um ser menos valorizada (sic), submissa. Falta diálogo, e informação quanto ao planejamento familiar. (UNIBAIRROS, 1984, p.04)

A vigésima sétima edição de 1985 é um especial comemorativo de 5 anos de existência do jornal, com 16 páginas. Nela, a coluna “E nós mulheres” ganha o espaço de uma página inteira, enquanto na maioria das edições o espaço dedicado é o de ¼ ou ½ da página. A matéria, nesse número, tem um objetivo educativo, discorrendo sobre cada um dos métodos contraceptivos. Apesar da explicação sobre eles, a matéria revela a importância da escolha em parceria com uma orientação médica. Em seguida, há uma entrevista com moradora não identificada do bairro Vila Ideal sobre o tema, que revela ter colocado o DIU.

Não consultei na época de colocar o DIU, mas depois que coloquei vou de 6 em 6 meses; porque percebi que era um teste que faziam, um dava certo, testavam o outro e assim foi. Continuo e continuei usando porque não me causou nenhum mal. Mas estou sempre no médico fazendo revisão e preventivo de 1 em 1 ano. Acho que as mulheres devem sempre procurar o médico para se orientar sobre os métodos de controle. Comigo deu certo, mas como falei testaram e estou bem, mas nem para todo mundo é garantido que nada aconteça. Pois nem todo mundo tem o mesmo corpo, para mim valeu, mas para outras pessoas pode ser ruim. Por isso acho uma boa a gente sempre consultar um médico de confiança. (UNIBAIRROS, 1985, p.12)

Em 1986, a edição 28ª não tem a coluna “E nós mulheres”, mas discorre sobre a relação da mulher com a constituinte. A matéria traça a história do gênero ao longo das sete constituições existentes. Foi a partir da 3ª constituição, em 1934, que os direitos femininos começaram a aumentar, com o princípio da igualdade entre sexos, o direito ao voto e garantia de proteção ao trabalho da mulher. Entretanto, mesmo com o princípio de um caminho com mais direitos para as mulheres, o Unibairros reflete que, na prática, esses direitos não se aplicam como deveriam, uma vez que existem diferenças de salários, a inexistência de creches, falta de estabilidade no emprego e falta de cargos femininos nas chefias. Na mesma página, há a presença da charge que demonstra a sobrecarga da mulher (Anexo 2).

A bandeira levantada por nós é a luta contra a discriminação e tem que ser uma luta de todo povo brasileiro, homens e mulheres. A nossa participação é a única garantia de uma constituição livre e popular. Só assim teremos uma constituinte verdadeiramente popular. (UNIBAIRROS, 1986, p.03)



A 31ª edição de 1987 discorre sobre a proposta de emenda popular na constituinte, que tem como tema a saúde da mulher e aposentadoria. Com relação a aposentadoria, a proposta seria da aposentadoria da mulher com 25 anos de contribuição, uma vez que ela atua não apenas no mercado de trabalho, mas também na educação dos filhos e em tarefas domésticas. Sobre a saúde, a proposta seria que o governo assistisse a mulher em todas as fases de sua vida, havendo livre escolha para a determinação do número de filhos.

Na atual legislação é assegurada à mulher a aposentadoria aos 30 anos de serviço. Já na proposta constitucional estipula 35 anos de trabalho, sendo que nenhuma das duas representam (sic) os anseios de NÓS MULHERES, pois a mulher é submetida a uma dupla jornada de trabalho e por esse motivo a emenda popular defende uma jornada de 25 anos. (UNIBAIROS, 1987, p.06)

A última vez que a temática feminista aparece no periódico é na edição 36 de 1988. A matéria aborda o dia internacional da mulher e a Semana da Mulher promovida pelo Unibairros, Sindicato dos Bancários, DCE, dentre outras associações. Houve a exibição do filme “A cor púrpura” e debates sobre a mulher negra e o papel da mulher na sociedade. A matéria é finalizada com uma reflexão.

Ao longo dos anos a mulher tem sido discriminada na sociedade, na comunidade e na sua família. A mulher é para participar, e não para esquentar a barriga no fogão e esfriar no tanque. A mulher negra é discriminada por ser negra e mulher. A mulher negra tem que mostrar o seu potencial na área em que trabalha mais do que qualquer outra mulher, porque vivemos em uma sociedade racista, e evidentemente as portas se fecham para a mulher negra. Na vida, em qualquer situação, as mulheres negras tem que mostrar o dobro da sua capacidade. (UNIBAIROS, 1988, p.07)

A análise da abordagem do Unibairros sobre a temática feminista permite que uma variedade de assuntos seja percebida, uma vez que abordam os diversos aspectos da luta feminista. Além disso, há uma forte tendência para a conscientização, que se dá através do diálogo com os moradores do bairro. O jornal, dessa forma, atua como educador e abre espaço para que as próprias mulheres do bairro discutam a temática, a partir de seus pontos de vista.

Considerações Finais

O contexto histórico de 1980, período de redemocratização, reflete um amplo momento de vontade pelo debate, uma vez que as liberdades estavam sendo novamente reconquistadas. O período era de ditadura, mas com a Lei da Anistia, a sociedade já percebia uma mudança na política e, conseqüentemente, na sociedade como um todo.



O jornal alternativo “Unibairros” nasce nesse momento, incentivado pela união de bairros e pelo desejo por uma conscientização e, mais do que tudo, pela informação. O objetivo do periódico era o de provocar a reflexão sobre temas importantes da sociedade, além de assuntos de relevância para o bairro como todo. O jornal atua como um meio de legitimar os questionamentos dos bairros e propor novos olhares.

A temática feminista, nessa perspectiva, aparece em suas pautas. A intenção do jornal era a de conscientizar sobre o lugar da mulher na sociedade ao longo da história e naquele momento. Os temas problematizados eram o mercado de trabalho, a violência, a igualdade de gêneros e a proliferação do machismo. Discutia-se, além disso, como o pensamento da mulher poderia influenciar na educação dos filhos e, conseqüentemente, na consciência de toda uma sociedade. Havia também a abertura para que as próprias mulheres do bairro participassem, sendo o jornal um importante recurso para a participação popular.

O Unibairros, desde a sétima edição, teve temas feministas em suas pautas. O estudo dessa abordagem é de fundamental importância para que o movimento feminista seja entendido historicamente e sua abordagem seja analisada dentro da imprensa alternativa.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Delise. Censura nos jornais durante os anos de chumbo (1968-1979). Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1903/2/20489818.pdf>. Acessado em 24/02/2015.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa brasileira pós-1974. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC. V. 12, n. especial, 2004. p. 37-55.

COSTA, Ana. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. Revista Gênero. Niterói: UFF. V.5, n.2, p. 9-35.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1991.

Unibairros, Juiz de Fora, nº 7, 1981.

Unibairros, Juiz de Fora, nº 12, 1982.



Unibairros, Juiz de Fora, nº 21, 1983.

Unibairros, Juiz de Fora, nº 25, 1984.

Unibairros, Juiz de Fora, nº 27, 1985.

Unibairros, Juiz de Fora, nº 28, 1986.

Unibairros, Juiz de Fora, nº 31, 1987

Unibairros, Juiz de Fora, nº 36, 1988



Anexos

Anexo 1:

Edições em que aparece o tema feminista

Edição	Ano	Tinha assunto feminista?
Edição 1	1980	Não
Edição 2	1981	Não
Edição 3	19812	Não
Edição 4	1981	Não
Edição 5	1981	Não
Edição 6	1981	Não
Edição 7	1981	Sim
Edição 8	1981	Sim
Edição 9	1981	Sim
Edição 10	1981	Sim
Edição 11	1982	Sim
Edição 12	1982	Sim
Edição 13	1982	Sim
Edição 14	1982	Não
Edição 15	1982	Sim
Edição 16	1982	Sim
Edição 17	1983	Sim
Edição 18	1983	Sim
Edição 19	1983	Sim
Edição 20	1983	Sim
Edição 21	1983	Sim
Edição 22	1984	Sim
Edição 23	1984	Sim
Edição 24	1984	Sim
Edição 25	1984	Sim
Edição 26	1985	Sim
Edição 27	1985	Sim
Edição 28	1986	Sim
Edição 29	1987	Não
Edição 30	1987	Não
Edição 31	1987	Sim
Edição 32	1987	Não
Edição 34	1987	Sim
Edição 36	1988	Sim
Edição 37	1988	Não
Edição 39	1989	Não
Edição 41	1989	Não



Anexo 2:

